

TORTURAS DO EXÉRCITO LEVARAM ALUNO JUAN FORRASTAL AO SUICÍDIO¹

Luiza Sansão²

Acervo da família Forrastal



O militante político sabe dos riscos que corre. Eventualmente, no entanto, o terrorismo de Estado colhe cidadãos comuns em suas engrenagens dilacerantes. Em dezembro de 1968 os irmãos Jorge Rafael e Juan Antonio Carrasco Forrastal, estudantes bolivianos da USP sem militância política, foram presos pelo II Exército e torturados por meses. Embora hemofílico e amputado, Juan não foi poupado: sob o comando do coronel Sebastião Alvim, sua perna ortopédica era retirada para as sessões de tortura no QG do Ibirapuera e em Quitaúna. Juan matou-se em 1972, em Madri

Juan e os pais no Viaduto do Chá, em 1965

Na crônica das violências da Ditadura Militar contra os estudantes da USP, 17 de dezembro de 1968 ficou marcado como o dia em que o Conjunto Residencial (Crusp) foi invadido por tropas do Exército, Marinha e Força Pública. Mais de mil alunos teriam sido presos. Algumas das histórias relacionadas ao episódio são conhecidas. Outras ficaram esquecidas. Mas engana-se quem pensar que nada de grave aconteceu ali. O episódio da invasão do Crusp teve desdobramentos de tal crueldade e ignomínia que custa descrevê-los. O caso dos irmãos Forrastal impressiona pela covardia dos torturadores e absoluto desrespeito à dignidade humana.

O estudante boliviano Jorge Rafael Carrasco Forrastal, que cursava engenharia na Escola Politécnica, morava no Crusp e estava presente no momento da invasão — logo, foi preso, embora não tivesse qualquer militância política. Ao saber da prisão, seu irmão Juan Antonio, estudante do Instituto de Física, franzino, hemofílico, portador de uma prótese na perna esquerda, foi procurar Jorge Rafael no II Exército. Tudo poderia haver terminado aí. Não terminou. Juan Antonio foi imediatamente preso. Sequer passou pela cabeça dos militares que, fosse ele um militante político de organização clandestina, jamais apareceria no Exército à procura de qualquer pessoa, muito menos uma semana após a aprovação do draconiano AI-5. Arrancaram-lhe a bengala e a perna ortopédica, surraram-no, e ali apenas começava seu calvário de puro terror.

Jorge Rafael e Juan Antonio Carrasco Forrastal vieram para o Brasil com os pais, Olga Forrastal de Carrasco e Antonio Carrasco Bustillo, em 1965, para tratar a hemofilia de que sofria Juan Antonio, que em seguida teve sua perna esquerda amputada. “A doença de Juan precisava ser tratada no Brasil, pois aqui na Bolívia não havia ainda condições para que sua perna fosse amputada”, conta à *Revista Adusp* sua irmã, Teresa Carrasco de San Martin, hoje com 71 anos. Ela veio para o Brasil mais tarde, em 1984. Hoje vive em La Paz com o marido e a filha, Fernanda San Martin Carrasco.

Teresa explica que não ter envolvimento com atividades políticas era pré-requisito para que estrangeiros obtivessem direito a uma vaga na universidade — era inclusive necessário que assinassem documento garantindo que não tinham participação política — e, assim, Jorge Rafael e Juan Antonio ingressaram na USP, cursando respectiva-

mente Engenharia Elétrica e Física Nuclear. Nem os estudantes nem seus pais tinham qualquer envolvimento com política, na Bolívia ou no Brasil. Como os filhos não possuíam bolsa de estudos, os pais fizeram grandes esforços para mantê-los no Brasil. Antonio Bustillo era contador e Olga passou a trabalhar como secretária no Conselho Federal de Farmácia, em São Paulo.

De acordo com relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEDMP), de 2006, para o qual prestaram depoimentos os pais dos estudantes e duas amigas da família, “assim que soube da prisão de Jorge Rafael, o irmão foi procurá-lo no II Exército, onde também foi detido sob o argumento de que era aluno da USP”. Teresa acredita que Juan Antonio, que não estava no Crusp no momento da invasão, tenha tomado conhecimento da prisão do irmão dois dias depois.

Foi no quartel-general do II Exército, no Ibirapuera, que começaram as torturas, a fim de que os estudantes fornecessem informações sobre sua participação em movimento político contrário ao governo e sobre colegas com militância. Àquela altura, Olga e Antonio procuravam os filhos em vários quartéis, e os militares se recusavam a fornecer informações sobre onde eles estariam, até que conseguiram encontrá-los no Ibirapuera. “Quando minha avó [Olga] soube o que estava acontecendo e viu que a vida de Juan estava em perigo, procurou o cônsul da Bolívia, Alberto del Carpio, e conseguiu levar Juan para o Hospital das Clínicas. Mas os militares não esperaram a recuperação do Juan e o levaram para o Hospital Militar de Cambuci, em São Paulo”, conta a sobrinha Fernanda. Porém, as torturas não pararam nem mesmo no período em que Juan esteve internado: “No Hospital Militar, não somente continuaram as torturas físicas, mas também psicológicas, e ameaças, inclusive com a possibilidade de desaparecimento de seus pais”, contou Olga Carrasco à CEDMP.

Não se sabe ao certo por quanto tempo Juan Antonio permaneceu internado, mas em depoimento escrito, hoje em posse de Teresa, Olga registrou: “Depois meus filhos desapareceram do Hospital Militar do Cambuci e do II Exército do Ibirapuera. Passados vários dias em que ninguém queria nos dar notícias deles, soubemos que foram levados para o quartel de Quitaúna, de São Paulo, onde o comandante era o coronel Alvim. E sob seu comando continuavam as torturas de forma selvagem (...). A saúde físi-

ca e psicológica dos meus filhos estava terrivelmente prejudicada, em especial a saúde mental de Juan Antonio”.

Na busca pelos filhos, Olga e Antonio foram diversas vezes intimidados por militares. “O próprio coronel Alvim ameaçou minha mãe. Disse a ela que a posição dele era a do sobrenome dela: Carrasco”, conta Teresa, com a voz embargada. O coronel Sebastião Alvim era o presidente do Inquérito Policial-Militar (IPM) do Crusp. Um veterano da repressão, atuou no navio-prisão Raul Soares, ancorado em Santos e onde submetia os presos a longas horas de permanência na geladeira da embarcação.

As ameaças de morte continuaram enquanto os pais recorriam a autoridades, como o cônsul boliviano, para tirar os rapazes da prisão, vivendo um processo de sofrimento profundo e incertezas com relação ao que aconteceria com Juan e Jorge. No quartel do 4º Batalhão de Infantaria Blindada, em Quitaúna, as torturas se intensificaram, “ocasionando sério desequilíbrio mental em Juan Antonio, que já era fisicamente debilitado”, de acordo com o relatório da CEMDP. Os militares, durante as sessões de espancamento, “tiraram-lhe a perna ortopédica, ocasionando hematomas generalizados, o que foi agravado pelo fato de ser hemofílico”. A crueldade desconhecia limites, exceto o de manter vivos os supliciados: “Chegaram a queimar seus órgãos genitais com cigarros acesos. Eram também realizados disparos de armas de fogo durante a noite, com o intuito de amedrontar os presos e mantê-los sob constante vigília, causando-lhes sérios traumas psicológicos”.

Não havia acusação formal contra nenhum dos dois. Como explicar, então, o ódio de que foram vítimas? “Quando fomos presos, separaram todos os bolivianos [dos demais estudantes]”, afirma Gonzalo Pastor Castro Barreda, peruano, à época estudante de Engenharia Eletrônica, que atuava como fotógrafo no jornal *Vanguarda*, da AURK, a associação que coordenava os moradores do Crusp, onde morava no apartamento 305-B. “Os bolivianos presos não foram levados ao DOPS, mas ao II Exército. E os arquivos do II Exército não aparecem”, completa ele, que foi preso na invasão do Crusp e também no Congresso da UNE em Ibiúna, em cuja organização atuou. “Mas os bolivianos não participavam politicamente. Começou a ser difundida a ideia de que existia uma ligação entre o Che Guevara, que tinha morrido na Bolívia [em 1967], e o movimento universitário”, o que, segundo Gon-



zalo, teria ocasionado uma perseguição aos estudantes bolivianos no Brasil.

O fato é que o relatório final do Inquérito Policial-Militar do Crusp sequer menciona os irmãos Forrastal. “Havia grande número de estrangeiros entre os residentes do Crusp. Alguns eram clandestinos e outros eram excursionistas andarilhos, que passavam meses residindo em apartamentos”, afirma o documento assinado pelo coronel Alvim, que acusa como participantes de “atividades políticas subversivas” o peruano Gonzalo Barreda, o panamenho Aramis Arauz Guerra, o paraguaio Ruben Anibal Galindo e o espanhol José Cesareo Raimundez Alvarez, todos alunos da Escola Politécnica; o espanhol Ramon Varela Gonzalez, aluno da Faculdade de Filosofia; e o boliviano Fabian Nicolas Yaksic Ferandy. Gonzalo e Aramis Arauz eram amigos de Jorge Rafael, o que era simplesmente natural, por serem poucos os alunos de fala espanhola na Politécnica.

O mais espantoso é que ninguém soube o que acontecia aos irmãos Forrastal, nem mesmo seus amigos próximos, provavelmente devido à separação dos bolivianos dos demais presos. Cacilda Salette Silva, ex-moradora do Crusp conhecida pelos colegas como Sissi, era amiga de Juan Antonio e Jorge Rafael. Militante política, foi presa na invasão e levada ao Presídio Tiradentes, sendo liberada na madrugada do dia seguinte. “Soube de muitos colegas que sumiram, tombaram e foram presos, porém, por incrível que pareça, nunca soube absolutamente nada sobre a prisão e tortura dos irmãos”, conta Cacilda, que cursava Pedagogia e morava no apartamento 610-D.

Os irmãos foram postos em liberdade pouco antes do início das aulas de 1969. “Juan Antonio foi libertado

antes, porque estava muito mal de saúde”, conta Teresa Carrasco. “O coronel Alvim percebeu que tinha feito do meu filho um demente, que não servia para seus propósitos malévolos, de exigir informações dos demais colegas de universidade. Coisa que meus filhos não deviam comentar, e não comentaram nada porque nada sabiam”, relatou Olga à CEDMP, deixando transparecer a indignação e a dor.

Pouco depois, Jorge Rafael foi solto e, de acordo com registro escrito de Olga, ao final de 1969, “mesmo com graves traumas”, conseguiu se formar antes de completar os 23 anos de idade. “Ele vivia um terror, não queria mais morar em São Paulo e, como tinha muita capacidade, passou num concurso em Curitiba para engenheiro da Telepar [operadora de telefones do Paraná]”, relatou. Casou-se em 1970 e foi viver em Curitiba, assumindo o cargo de engenheiro-chefe. “Estava numa missão quando, num acidente de automóvel, faleceu em 7 de outubro de 1970”, segundo sua mãe. Sua esposa, Elvira Dulce Altoe, encontrava-se grávida. “Jorge pensava que não poderia mais ter filhos, por conta dos choques elétricos que havia sofrido nos órgãos genitais durante a prisão. Então foi uma alegria muito grande para ele quando descobriu que sua mulher estava grávida”, conta a irmã. Em abril de 1971 nasceu sua filha, Rafaela Carrasco Altoe, que Jorge não teve a oportunidade de conhecer, pois fora sepultado em São Paulo seis meses antes.

A tragédia rondava a família Carrasco Forrastal. Juan Antonio, uma vez libertado, não conseguiu, contudo, recuperar-se física e psiquicamente das torturas sofridas. Internado no Departamento de Psiquiatria do Hospital das Clínicas de São Paulo, ali permaneceu por várias semanas. Teresa conta que, traumatizado, seu irmão tinha pavor do barulho das sirenes de ambulância desde que fora levado pelos militares para sua primeira internação durante a prisão. Olga deixou registrada a maneira como tomou conhecimento das diversas formas de agressão usadas contra os rapazes: “As torturas que sofreram meus filhos soubemos quando Juan Antonio, nos seus momentos de terror, estando doente em casa, falava desses fatos. Meu filho Jorge Rafael tinha medo de falar disso, provavelmente pelas ameaças de represálias feitas quando estavam presos”.

Durante sua internação no Hospital das Clínicas, Juan Antonio, com a saúde mental comprometida, tentou

suicídio cortando os pulsos. Seus pais o levaram para casa, mas, como não apresentava melhora, foi novamente internado, desta vez no Hospital Psiquiátrico da Vila Mariana. De acordo com Olga, ao sair deste local ele “não queria mais morar em São Paulo, pois tinha medo de tudo, não se interessava por nada”, nem mesmo pelos estudos de que tanto gostava. “Antes, [mesmo] com a perna amputada, primeiro com as muletas, depois com a perna ortopédica, por nenhum motivo ele deixava de assistir às aulas”.

Em visita feita ao estudante no hospital, logo após ter sido libertado, Maria de Lourdes Lyrio de Moura, amiga da família, “constatou que Juan tinha os braços enfaiados e as mãos muito inchadas”, segundo declarou à OAB-SP em 2006. “Juan relatou que fora brutalmente torturado nas dependências prisionais”, acrescentou ela. No período em que esteve internado, ele tentou suicídio duas vezes: na primeira, cortando os próprios pulsos “com uma lâmina de barbear que o enfermeiro tinha usado para lhe fazer a barba”, e depois, ingerindo comprimidos.

Outra amiga da família, Mary Deheza Balderrama, relatou à OAB-SP suas impressões ao visitar Juan Antonio quando ele retornou para casa: “O moço alegre, otimista e confiante cederia lugar a outro com graves alterações psíquicas, amedrontado com tudo, não podia ver um militar; mesmo faltando apenas um ano para terminar o curso de Física Nuclear, não queria mais voltar às aulas e nem mesmo lecionar conforme fazia antes”.

Os pais dedicaram-se incessantemente à sua reabilitação entre 1969 e 1972, período em que ocorreram diversas internações e tentativas de retomada de seus estudos. “Fazendo novos esforços econômicos, o mandamos à Espanha, onde ele foi internado no Hospital da Cruz Vermelha de Madri”, contou Olga. “Depois de doze dias de internação, em um momento de delírio ele desligou os aparelhos que o mantinham vivo, estando eu na sala de espera dos visitantes. Ele faleceu em 28 de outubro de 1972”.

O corpo de Juan Antonio foi cremado em Madri, mas apenas cinco anos depois seus pais conseguiram trazer suas cinzas para o Brasil. Teresa soube que o irmão havia se suicidado somente em 1994, quando Olga finalmente contou à filha e à neta que Juan não havia morrido atropelado, como familiares e amigos pensavam até então. “Era muito doloroso para ela falar no assunto”, diz Tere-

sa. Seus pais viveram no Brasil até o ano de 2000 e faleceram na Bolívia: Antonio, em 15 de abril de 2001, e Olga, em 3 de agosto de 2011.

“Foram amigos que passaram pela minha vida, como muitos outros, enchendo-me de orgulho por serem pessoas educadas, sensíveis, sinceras, alegres, queridas mesmo”, lembra a ex-cruspiana Cacilda, a Sissi, numa menção carinhosa a Jorge Rafael e Juan Antonio. “Tive a oportunidade de no dia do meu *cumpleaños*, 5 de agosto de 1968, almoçar no apartamento dos Carrasco. A família transpirava um ar de muita sinceridade”.

Não há notícia de que a USP tenha procurado intervir em defesa de seus alunos. Aparentemente, a instituição sequer tomou conhecimento das prisões, segundo acaba de declarar o Gabinete do Procurador-Geral: “Em atenção ao pedido de acesso à informação protocolado por V. Sa., informamos que a Universidade não dispõe de registros em documentos oficiais sobre a prisão do sr. Juan Antonio Carrasco Forrastal. No mais, informamos que o aluno ingressou no curso de Física em 1963 e manteve-se matriculado até 1971. Não há informação de conclusão de curso”.³

CRUSP, “FOCO DE IRRADIAÇÃO SUBVERSIVA”

Na década de 1960 o Crusp se consolidou como um espaço de articulação política e cultural, onde os estudantes realizavam discussões políticas, grupos de estudos, shows, peças de teatro e inúmeras outras atividades agregadoras. “Aqui em São Paulo, os dois grandes focos de contestação eram a Faculdade de Filosofia e o Crusp”, diz Mouzar Benedito, 65, à época um estudante de Geografia que morava no apartamento 202-F (e hoje autor de **1968, por aí... Memórias burlescas da Ditadura**).

Se, no início, as manifestações estudantis eram restritas às condições de vida dos estudantes no Crusp, como quando houve a manifestação contra o aumento do preço do restaurante universitário (1965), logo, com a crescente conscientização política dos estudantes e as intromissões do governo militar nas normas internas da universidade, a luta do movimento estudantil passou a ser, também, de oposição à Ditadura Militar. Assim, os espaços de representação foram se organizando cada vez mais no Crusp.

Fundada em 1967, a Associação de Universitários Rafael Kauan (AURK) conquistara força política entre as entidades estudantis já existentes e passara a ser foco da atenção dos militares. O IPM do Crusp definiu o alojamento universitário como “um centro turbulento de agitações estudantis e que abrigava grupos esquerdistas do Move-

mento Estudantil, perigosos. Tornou-se um foco perigoso de irradiação subversiva para a área estudantil e de infiltração na massa operária da periferia desta Capital”.

“A gente estava sentindo que a coisa ia explodir. No dia 13 de dezembro de 1968, anunciaram que o governo ia lançar uma medida muito radical à noite. Então fomos todos para o Centro de Vivência da USP e vimos, pela televisão, o anúncio de que estava sendo decretado o AI-5. Aí vi que a barra era ainda mais pesada do que eu imaginava”, conta Benedito. Nesse mesmo dia, durante a madrugada, militares e militantes do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) dispararam tiros contra os prédios do Crusp.

Invasões policiais já tinham ocorrido outras vezes, e os moradores do Crusp se defendiam jogando pedras e garrafas do alto dos prédios, e esguichando água. Mas desta vez a coisa era diferente: contava com soldados que vinham sendo preparados em quartéis para uma verdadeira guerra. Assim, quatro dias depois da decretação do AI-5, o Crusp foi invadido de madrugada pelas Forças Armadas, com muitos veículos, inclusive tanques de guerra. Cerca de 1.200 estudantes foram presos e levados, em sua maioria, para o Presídio Tiradentes. “Alguns dos que foram presos sem tortura e depois libertados foram nova-

mente presos e aí sofreram violenta tortura”, diz Benedito, que, preso na invasão, passou quatro dias no Presídio Tiradentes, mas não foi torturado. “Eu tive a sorte de ser interrogado no DOPS sem tortura. Então meu nome ficou fichado lá, mas teoricamente eles não precisavam mais me interrogar”, acrescenta.

Após a invasão, o Crusp foi, então, fechado pelos militares, e os estudantes presos não tiveram para onde ir após serem libertados. Apartamentos haviam sido até mesmo saqueados pelos militares, que levaram pertences pessoais dos cruspianos, como roupas, livros e outros objetos.

Notas

- 1 Reportagem de capa da edição 53 da *Revista Adusp*, de outubro de 2012. Em 2013, esta e outras matérias publicadas na mesma edição receberam Menção Honrosa no Prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo e Direitos Humanos.
- 2 Jornalista, especialmente convidada.
- 3 No dia 3 de novembro de 2025, o Instituto de Física da USP concedeu finalmente um diploma honorífico à família de Juan Antonio, reconhecendo as circunstâncias de sua morte. Na mesma solenidade foi homenageada a memória de outros dois alunos do IF assassinados pela Ditadura Militar: Jeová Assis Gomes e José Roberto Arantes de Almeida.